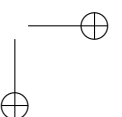
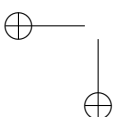


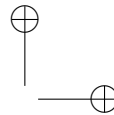
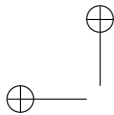
## Historicidade, retórica e ficção: interlocuções com a historiografia de Dominick LaCapra

Aline Magalhaes Pinto e Mannuella Luz de Oliveira Valinhas  
*Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio*

A necessidade de enfrentar interrogações de cunho epistêmico que se formulam em torno do saber histórico será a principal diretriz do presente artigo. Desde já destacamos que uma reflexão epistêmica e não epistemológica sugere abandonar o terreno em que a história da história aparece marcada pela cisão entre verdade e erro, racional e irracional, puro e impuro, científico e não-científico para se lançar ao desafio de se pensar tanto as condições discursivas que configuram um saber, assim como o que se passa por entre as delimitações geradas por tal configuração. (FOUCAULT 1972). O objetivo é pensar a história enquanto elemento essencial no processo interpretativo humano. Interessa a este artigo se aprofundar na investigação a respeito da escrita da história, naquilo em que se ela se torna uma problemática para o saber histórico: os limites entre história e ficção. Concebendo a história em dois âmbitos, categoria de pensamento e saber instituído, pretendemos rastrear e investigar os pontos em que a historiografia, teoria da história, filosofia da linguagem e teoria literária contemporânea, focados a partir dos textos do historiador Dominick LaCapra, puderam complexificar a relação do historiador e sua escrita, a fim de que, ao final deste percurso, seja possível uma elaboração pertinente a respeito do que se passa por entre os discursos historiográficos e fictícios e de que maneira estas relações interferem na compreensão da historicidade humana.

As reflexões a respeito da escrita da história surgem na esteira do debate em torno da história como narrativa e relato, e esse embate historiográfico já tem, ele mesmo, sua história. Nessa história, cada autor é um evento, e assim poderíamos listar Aron, De Certeau, White, Ricoeur e muitos outros que se dedicaram ao ato de escrever para o saber histórico. O ponto onde tocam estas reflexões é sempre delicado na medida em que se trata de abalar a certeza da distinção entre as tarefas do historiador e do ficcionista (COSTA LIMA 1989, p.15-68). A consideração de que o historiador *escreve* e o que isto implica é aquilo que iremos perseguir nesta pesquisa. Escrever, *literariamente*, remete a





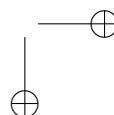
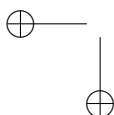
uma “saída do mundo” que leva não a um outro mundo, como utopia ou álbi, mas a uma *ausência*, de algo que se anuncia como presença, uma espécie de consciência do nada, da qual pode surgir a consciência de alguma coisa (BLANCHOT 1987, p.20).

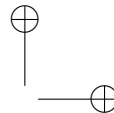
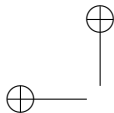
Escrever é entrar na afirmação da solidão onde o fascínio ameaça. É correr o risco da ausência de tempo, onde reina o eterno recomeço. É passar do Eu ao Ele, de modo que o que me acontece não acontece a ninguém, é anônimo pelo fato de que isso me diz respeito, repete-se numa disseminação infinita. Escrever é dispor a linguagem sob o fascínio e, por ela, nela, permanecer em contato com o meio absoluto, onde a coisa se torna imagem, de alusão a uma figura se converte em alusão ao que é sem figura e, de forma desenhada sobre a ausência torna-se a presença informe dessa ausência, a abertura opaca e vazia sobre o que é quando não há mais ninguém, quando ainda não há ninguém (BLANCHOT 1987, p.20)

Escrever implica, pois, repetição e ausência. A escrita é algo ausente que pode vir a ser, que remete ao porvir, e, porque está em estado vestigial, nunca é completamente representacional. Este vestígio é uma marca, uma cicatriz numa matéria. A escrita apresenta a língua como uma série de marcas físicas que operam na ausência do autor e devem ser legíveis mesmo na ausência de um leitor. *Traços* que unem espaço e duração, e questionam o movimento teleológico do querer-dizer. O sentido de um escrito não se reduz ao que quer dizer o autor, nem ao que quer entender o leitor. A significação da escrita ocorre nesse espaço entre um e outro (REGO 2006, p 17).

O momento da escrita pode ser apontado como o ponto de encontro entre o trabalho do historiador e do ficcionista, como *lugar* teórico privilegiado para a investigação das fronteiras entre ficção e história. Ao se levantar a questão da escrita para o saber histórico, é colocado o problema de sua legitimidade, em sua face epistemológica e ética, na medida em que essas reflexões colocam em xeque os acordos possíveis entre a prática do historiador e o ideal de cientificidade - a saber: a obtenção da verdade (COSTA LIMA 1989, p15-68). Esta verdade envolve o desejo de que a reconstituição da memória e passado seja capaz de colocar em seu centro direitos de vida, de justiça, de subjetividade (SARLO 2007).

A legitimidade de um saber é um problema concebido como um processo pelo qual a instância legisladora, ao tratar do discurso científico, é autorizada



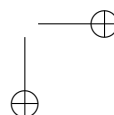
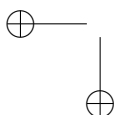


a prescrever as condições estabelecidas para que um enunciado faça parte do discurso e possa ser levado em consideração pela comunidade científica. Um enunciado científico deve apresentar determinado conjunto de condições para ser verdadeiro. Legislação e legitimação estão, nesse sentido, intimamente ligadas. O direito de decidir sobre o verdadeiro não é independente do direito de decidir sobre o justo, mesmo se os enunciados submetidos às autoridades respectivas sejam de natureza diversa (LYOTARD 2000). Este entrosamento entre o gênero da linguagem científica e da ética política está na base do viver do Ocidente e encontra-se em suspeição nas mais diversas áreas do conhecimento. A questão da dupla legitimação, do verdadeiro e do justo, está aí severamente exposta. Vive-se uma crise de legitimidade, devido à exposição do fato de que não há verdade desvinculada de interesse, não há ciência desvinculada de certa retórica. Diante tal crise, que evidencia um acirramento da tensão entre a cultura e a ciência, pergunta-se a respeito da posição ocupada pelo saber histórico, alvo central de uma crítica que tanto coloca em causa os procedimentos de uma ciência histórica, quanto questiona princípios e fundamentos, que são condição de possibilidade da história (HABERMAS, 1987).

A questão da legitimação no campo disciplinar da história pode ser apresentada da seguinte maneira: os historiadores encontram a legitimidade de seu trabalho entendendo-o como o discurso do fato, exposição do referente, do dado objetivo. A história apresenta-se referível e nomeável a partir de uma “visão do real, esta, por sua vez, somente aceita se documentada. O discurso da história é o de uma presença passada, plena ou em estado vestigial, à disposição do relato, da narração. O texto é considerado produto de rigoroso método, capaz de ser verdadeiro na medida em que recolhe e organiza os fragmentos de um passado que “existiu” (BARTHES 2004).

O discurso histórico supõe uma dupla operação. Num primeiro momento (essa decomposição não é mais que metafórica) o referente é destacado do discurso, fica-lhe exterior, fundador, é considerado seu regulador: é o tempo da *res gestae*, e o discurso se dá como *historia rerum gestarum*. Mas num segundo momento, é o próprio significado que é rechaçado, confundido no referente; o referente entra em relação direta com o significante e o discurso, encarregado de apenas exprimir o real. (BARTHES 2004)

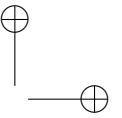
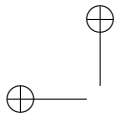
Podemos pensar, entretanto, que a escrita da história que se pretende como um discurso que anula sua instância em prol do significado do passado é ao



*mesmo tempo mais que escrita e menos que escrita.* Ela é menos que escrita porque como trajeto do passado que se representa para o presente, não se expõe a nenhum deslocamento de sentido. E é mais que escrita porque seu teor é indelével, não passível de rasura, não iterável, não repetível, e assim não diferenciável (RANCIÈRE 1995, P 10). Esta escrita almejada pelos historiadores, jamais completamente atingível, é aquela orientada por um conceito de história fundamentado por um sentido universal e essencializado para a humanidade, que apaga os desvios de significância em prol da realização deste sentido. Sentido que se realiza na construção de identidades, em especial na modernidade, as de Nação e Povo. A soberania nacional é o ápice desta história, que encontra sua elaboração clássica no século XIX, e consolida a história do Espírito como história de individualidades históricas apreendidas em sua totalidade como espírito do povo, espírito nacional, forças éticas, culturas, classes, indivíduos especiais, líderes ou fundadores (HARDT & NEGRI 2001, p 1984).

No século XX, os historiadores trabalharam no sentido de desvincular a prática histórica desta História Universal. Mas, ainda assim, a historiografia, por prestar contas ao ideal de cientificidade como discurso “daquilo que realmente foi”, pretendendo descartar a interpretação ou a deixando em subterrâneo, continua articulada a um conceito de história que se liga ao de real de maneira ingênua, e, onde a isto foi possível escapar, falta entender melhor os percursos e percalços que compuseram tal trajetória. Prova disso são as estratégias que se tecem em torno dos limites da verdade histórica como verdade da “realidade” passada; os discursos hiperbólicos que, contra uma suposta “máquina de guerra cética”, querem proteger a disciplina histórica dos riscos de uma super-historicização do mundo humano; as repetidas demarcações que teimam em colocar em campos opostos e irreconciliáveis ficção e história; e a dificuldade dos historiadores em deixar de trabalhar com temas de Identidade e Nação (LACAPRA 1983, p23-71).

O escrever, como ato e performance, embora bastante esmiuçado no campo literário, não encontra na historiografia a mesma repercussão, e não desperta o mesmo interesse. Em geral, entende-se que a escrita sucede uma operação investigativa, e o texto do historiador aparece desta maneira como um produto, e não como um processo que envolve criatividade e interpretação. Todavia, esta proposta de pesquisa não conduz à redução do trabalho do historiador à *construção de uma escrita*. Sabe-se bem que o saber histórico articula

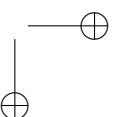
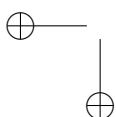


também as instâncias de um lugar social e de uma prática de pesquisa. Entretanto, encarar a “operação que faz passar da prática investigadora à escrita” parece pertinente à expansão da amplitude do campo teórico do historiador, como imprescindível ao fazer histórico, na medida em que a história ocidental é uma história escrita, uma *historiografia* (DE CERTEAU 2002). Os registros historiográficos se remetem a um passado que só pode ser conhecido a partir de seus textos, seus vestígios:

“(...)‘história’ é o tema desse aprendizado que só é acessível por meio da linguagem; nossa experiência da história é indissociável de nosso discurso sobre ela; esse discurso tem que ser escrito antes de poder ser digerido como ‘história’; e essa experiência, por conseguinte, pode ser tão vária quanto os diferentes tipos de discurso com que nos deparamos na própria história da escrita.” (WHITE 1991, p 31)

Para debater o problema da escrita na história, o autor aqui escolhido como interlocutor foi o historiador norte-americano Dominick LaCapra. LaCapra, junto a Hayden White, são aqueles historiadores que mais representam a tentativa de construir um discurso histórico que não se dissolva na literatura, mas que ao não evitar o contato com ela propicie estudos históricos “com mais crítica, mais imaginação e mais bom humor” (KRAMER 1992, p 131-173). A problematização de LaCapra a respeito de noções caras à historiografia, tais como a de documento, de texto, de contexto e linguagem, permitem pensar de maneira instigante a relação entre escrita e história.

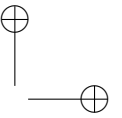
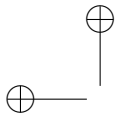
A historiografia, a partir da década de 70, passa a interagir, assimilar e negociar com o que seria uma postura *pós-estruturalista*, sobretudo com o pensamento foucaudiano. O campo dos estudos históricos passa a considerar a fragmentação histórica, construindo um discurso que quer ser antiglobal, múltiplo e não definitivo (LE GOFF & NORA 1976). Ao *boom* iniciado com a inclusão das “vidas anônimas”, segue-se a entrada do corpo e do cotidiano na história, sobretudo a partir da década de 80. Já a década de 90 é marcada pela “virada linguística” e “pós-modernismos”, assinalando o impacto da crise do sujeito e da representação para os historiadores. O diálogo com outras áreas do conhecimento, notadamente a antropologia, a literatura e a psicanálise, assim como as pressões do feminismo e das teorias pós-coloniais reforçam a crítica aos modos excludentes e hierárquicos de pensar. Os trabalhos desenvolvidos pelos “Estudos Culturais” e a retomada das questões em torno da narrativa



histórica levam à ampliação e problematização das fontes documentais, da oralidade às imagens, à construção de novos procedimentos metodológicos e fecundas discussões teóricas (REIS 2003).

Uma das mais polêmicas conseqüências destas transformações do campo historiográfico, e a que mais nos interessa aqui, é o estreitamento das relações entre historiografia, as filosofias da linguagem e a teoria literária. Esta aproximação é marcada pelo reconhecimento, por parte dos historiadores, do papel ativo que a linguagem, a escrita dos textos e estruturas narrativas tem no trabalho de manusear as construções históricas (HUNT 1992, p 1-29). Entretanto, e ao mesmo tempo, passou a vigorar como padrão institucional dominante a tendência dos historiadores se enclausurarem em linhas e especializações cada vez mais nítidas e circunscritas dentro daquilo que entendem como o “propriamente” histórico. Em geral, a recusa à teoria literária e às filosofias da linguagem são vistas como necessárias à defesa da especificidade do conhecimento histórico. Muitos historiadores pensam que ultrapassar os limites do “puramente” documental é signo revelador do fato de que não se está “realmente” fazendo história (LACAPRA 1985, p 20). No afã de ser inserida no campo das disciplinas científicas, o fazer do historiador seguiu, seja nos trilhos do marxismo economicista, do modelo sócio-econômico das gerações de *annalistes*, ou dos modelos estatísticos da cliometria norte-americana, um caminho que levou a um “fetichismo arquivista”, culminando na hegemonia de uma história cultural ou da cultura, em que o status da prova empírica é tal que as pesquisas são avaliadas mais pelo acervo documental inédito que foi possível reunir do que pela problematização alcançada pelo trabalho (LACAPRA 1985). Desta forma, pode-se entender o cenário atual da disciplina como uma “batalha” travada entre tropas anônimas nas universidades, da qual o panorama seria o seguinte, de acordo com Kramer:

A ênfase na dimensão literária da experiência social e a estrutura literária da escrita histórica propicia uma nova abertura aos que desejam expandir a erudição histórica para além de suas limitações tradicionais, e constitui uma nova ameaça a todos os que procuram defender a permanência da disciplina dentro dos limites tradicionais, da forma como os entendem. As metáforas utilizadas por ambos os “lados” sugerem uma espécie de batalha historiográfica com ataques de flanco por parte das forças literárias e cercos defensivos dos tanques disciplinares por parte dos “verdadeiros” historiadores (KRAMER, apud HUNT 1992 p 132)

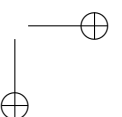
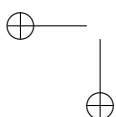


Pode-se assinalar como emergência da dimensão literária na cena contemporânea do saber histórico, o ensaio de Laurence Stone, “*O renascimento da narrativa: reflexões sobre a velha nova história*”(STONE 1999). Este texto tinha o intuito de apontar a tendência da pesquisa histórica de ponta ao retorno da forma narrativa de escrita, fazendo na seqüência um levantamento das causas dessa tendência. O alvoroço do debate que se seguiu tem menos a ver com o conteúdo da tese de Stone, do que com aquilo que a reabilitação da narrativa com intuito de melhor buscar uma verdade histórica recalca: o caráter retórico e poético do saber histórico, isto é, o saber como prática cultural produtora e inventora de sentido. O contexto a que isto leva pode ser vislumbrado nas palavras de Stone:

A tendência para a narrativa levanta problemas irresolvidos sobre a maneira que formaremos nossos graduandos no futuro – supondo que haja algum para formar. Nas artes da retórica? Na crítica dos textos? Em semiótica? Em psicologia? Ou nas técnicas de análise das estruturas sociais e econômicas que viemos praticando durante uma geração? (STONE 1991, p 36)

Uma discussão sobre narratividade envolverá, pois, o modo de explicação nomológico-dedutivo por um lado, o mito por outro. A problemática da narrativa desperta a discussão sobre o estatuto do saber histórico, diferindo-o do mito. Ao mesmo tempo, ela incita a necessidade de discutir a legitimidade da hegemonia que o discurso científico, a despeito de toda “crise”, continua a desempenhar. O questionamento da cientificidade da história alcança uma dimensão maior do que aquela delimitada pela disciplina. Vislumbra e evidencia a possibilidade de falência do modelo de razão ocidental (COSTA LIMA 1989).

O retorno ou emergência da discussão sobre a narrativa (re-)abre, desta forma, o embate fundamental entre saber - entendido cientificamente - e ficção. Investigar este embate tendo como alvo e foco a escrita do historiador implica repensar o momento da escrita, não como mera técnica ou instrumento de apresentação ou representação da pesquisa, mas como lugar estratégico para se perceber os encontros e cotejos entre o trabalho historiográfico e literário. Quando se busca investigar o que se passa por entre as fronteiras dos discursos histórico e fictício é preciso não recusar o fato de que o saber histórico sempre foi um saber mergulhado numa tensão entre poesia e *episteme*,



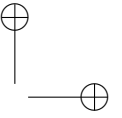
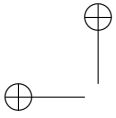
entre retórica e ciência. O interesse desse artigo é, pois, apontar as configurações contemporâneas desta aporia.

A perspectiva historiográfica aberta por LaCapra nos parece a mais pertinente e frutífera para seguir tal problemática. Isto porque o autor, ao longo de seus trabalhos a partir da década de 80, tem uma posição peculiar neste embate. Diante a clivagem impactante e fundamental dos estudos de Hayden White sobre narrativa e escrita da história, os historiadores tenderam a se dividir ou a favor ou contra a problematização entre história e ficção promovida por White. A posição de LaCapra se desvia desta postura dicotômica e lança uma crítica diferenciada aos pontos fundamentais tanto das críticas, quanto das defesas levantadas acerca das proposições de White (WHITE 1992). Para LaCapra, Hayden White, sobretudo em *Meta-história* (WHITE 1992) e *Trópicos do discurso* (WHITE 2001), ao se posicionar a favor da investigação do lado “trópico”, ou seja, metafórico e imaginativo, do saber histórico, teve o mérito de produzir não só uma crítica da história documental, mas igualmente uma possibilidade teórica, sobretudo para a história intelectual ou história da historiografia. Isto porque se desvia do tratamento da narrativa como componente verbal que tem a contribuir como formato para melhor descrição do trabalho, mas que não determina as propriedades da ciência histórica (LACAPRA 1983). A teoria trópica de Hayden White foca-se nas bases de construção discursiva do passado e, nesse sentido, a narrativa não será uma apenas técnica de escrita da história, incapaz de interferir no sentido e na historicidade, mas um tipo de discurso no qual “a sinédoque funciona como o tropo dominante para “amarrar” as *partes* de uma totalidade, apreendida como estando dispersa por uma série temporal, num todo, segundo o modo da *identificação* (WHITE 1992):

Considerada como um sistema de signos, a narrativa histórica aponta simultaneamente para duas direções: para os acontecimentos descritos na narrativa e para o tipo de estória ou *mythos* que o historiador escolheu para servir como ícone da estrutura dos acontecimentos. A narrativa em si não é o ícone; o que ela faz é descrever os acontecimentos contidos no registro histórico de modo a informar ao leitor o que deve ser tomado como ícone dos acontecimentos “familiares” a ele (WHITE 2001 p, 105).

Conforme White, as narrativas historiográficas são “ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos”. Devem ser entendidas a

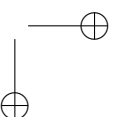
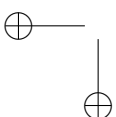


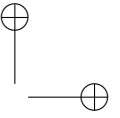
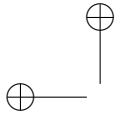


partir da mediação que estabelece entre os acontecimentos que ela relata (estória) e a estrutura de enredo disponível e disponibilizada por uma cultura para dotar de sentido acontecimentos e situações, a fim de construir um tipo particular de disposição explicativa ou interpretativa do campo histórico em estudo. A explicação narrativa não tem como objetivo desvendar uma “realidade” passada, mas tornar familiar o não-familiar, inscrevendo o ainda não-classificado numa ordenação com sentido<sup>1</sup>. Nessa perspectiva, a história é formada por diferentes e significativas escritas sobre o passado. Entretanto, ao buscar mapear a estruturação tropológica das histórias, para LaCapra, White produziu a história de algo imanente à consciência ou a falta dela, uma metalinguagem para a historiografia que reconstrói uma hierarquia no nível da teoria dos tropos, e mantém a distinção rígida entre ficção e verdade, sendo o verdadeiro o que é validado pela estrutura trópica. O fato de que essa teoria tenha sido retirada do campo literário não lhe garante um caráter mais interpretativo e menos objetivista. Encontra-se, na teoria de White, um engessamento do tratamento da imaginação histórica, na medida em que delimita e molda a inventividade subordinando-a a estrutura dos tropos (LACAPRA 1983).

It is curious that White's own constructivist tendencies, which construe the tropes as the informing forces of a creative consciousness lead him at times to lend credence to the idea of an processed historical record. the record is presented as the inert object to be animated by the shaping mind of the historian. this gesture, however, simply, reverses the positivistic mythology of a mimetic consciousness and substitutes for it an idealistic mythology which converts the former meaningful plenum of the record into dead matter or even a void , thereby giving rise to another avoidance of the problem of interplay between structure and play in the text and in one's relation to it. but, at other times, a second view emerges in White's own approach to this problem. Then White astutely notices the way in which the historical

<sup>1</sup> Partindo de Vico, Kenneth Burke, Frye, e da teoria das figuras de linguagem (tropos/figuração), White caracteriza o que ele intitula de estruturas profundas da imaginação histórica e as organiza de acordo com a operação que realizam. São quatro as figuras identificadas – figuras de linguagem: metáfora, metonímia, sinédoque e ironia. Esses tropos são apresentados como um solo básico que estrutura o discurso e determina por sua vez os outros arranjos discursivos como os tipos de enredo (romance, tragédia, comédia e sátira), tipos de argumento (formalista, mecanicista, organicista e contextualista) e por último, mas não menos importante, a implicação ideológica (anarquismo, radicalismo conservadorismo e liberalismo). Na perspectiva desenvolvida ao longo de *Metahistória*, mas também em trabalhos posteriores, todos os níveis dos discursos são coordenados a partir dos tropos primários. (WHITE, 1992).





record is itself a text 'always already' processed in a manner that makes the historical record may in this light be seen as a critical fiction. what we perceive as unprocessed is actually a heuristic zero point in historiographic. This zero point itself is, however, not a pure, primary 'given'. It is derived through a critical process that attempts to disengage 'facts' from their implication in story, plot and myth (LACAPRA 1983 p. 79-80)

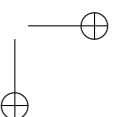
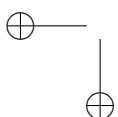
Segundo Lacapra, Hayden White encontra, na estrutura tropológica que garante os parâmetros de "urdidura" da narrativa histórica, a medida e o fundamento do saber histórico. Ou seja, se ele leva em consideração a narrativa é para, a partir dela, fazer aparecer o fundamental que de alguma maneira lhe é exterior e lhe antecede de maneira ideal: a estrutura de enredo (LACAPRA 1983, 1985). Portanto, suas formulações para a historiografia divergem da posição derivada da teoria dos tropos de linguagem de H. White, embora se coloque ao lado dela no que diz respeito à necessidade de interação entre a historiografia e a teoria literária e filosofias da linguagem.

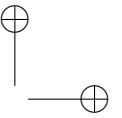
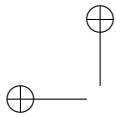
Dominick LaCapra, embora se conserve ao lado de White contra a tendência da historiografia, sobretudo na década de 80, de se manter, a despeito de todas as transformações metodológicas, essencialmente fiel a paradigmas literários e científicos que datam do século XIX, deixa de lado o modelo da estrutura tropológica da narrativa para investir na noção de suplementariedade como possibilidade de abordagem historiográfica:

I would also argue that all forms of historiography might benefit from modes of critical reading premised on the conviction that documents are texts that supplement or rework 'reality' and not mere sources that divulge facts about "reality" (LACAPRA 1985, p 11).

Entendido por LaCapra a partir da leitura de textos de Jacques Derrida, o suplemento pode ser definido como "um extra desnecessário, paradoxalmente, adicionado de maneira a completar e a compensar uma lacuna em algo que se pretende completo em si mesmo" (CULLER 1997). A partir desta noção, LaCapra desencadeia suas reflexões a respeito de como se dá a interação entre noções e instrumentos polarizados de maneira dicotômica pela historiografia hegemônica buscando pensar tanto a dimensão literária da experiência social, como a estrutura literária da escrita histórica.

Torna-se necessário, pois, realizar uma abordagem sistemática, a partir da noção de suplementariedade, de três pontos de inflexão que parecem funda-

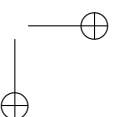
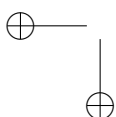


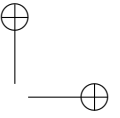
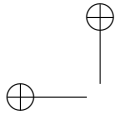


mentar a proposta historiográfica de LaCapra, a saber: a dicotomia texto/contexto, a abordagem documental e as interações retóricas dentro do saber histórico. Estes três pontos deságuam numa concepção de historicidade como uma dimensão dialógica entre passados e presente, que será examinada a fim de saber em que medida ela pode ou não expressar um conceito de história. A elaboração da experiência do tempo, a figuração do devir, é um problema inscrito nos campos disciplinares literário, histórico e filosófico. As tentativas de elaboração do tempo não afetam somente reflexões abstratas a respeito da natureza da temporalidade humana, mas dizem diretamente a respeito da textura do tempo e da historiografia, do fazer historiador. (REIS 1994)

Ao incentivar leituras que envolvem uma tensão relativa ou talvez mutualidade e discussão criativa entre diferentes modos, níveis ou tempos discursivos, Lacapra se desvia da narrativa histórica completamente comprometida com a tentativa de organizar a experiência vivida a partir de uma refiguração do tempo em função de uma consciência presente que se apresenta portadora do sentido desta experiência no tempo. Enfatizando a idéia de diálogo contra predomínio de uma única voz temporal no labor historiográfico, a questão que se coloca é: tal temporalidade dialógica pode remeter a uma dimensão temporal “intempestiva”, não-contemporânea de si mesma? Tendo em vista que, na filosofia nietzscheana, referência fundamental para o cenário cognitivo abordado, a intempestividade é antes de tudo uma crítica ao historicismo, à filosofia da história e às visões cientificistas da história, seria possível fazer ver no diálogo temporal proposto por LaCapra uma crítica à submissão e conformismo do presente, contra sua incapacidade em perceber sua própria miséria, e a afirmação de que para se livrar do além (teleologia) é preciso pensar e agir para além do presente, da consciência presente: ou seja, um tempo histórico dialógico seria uma temporalidade intempestiva, que exploraria, partindo da inaturalidade, o passado de maneira tal que ele não atue simplesmente como causa ou precedente do atual, mas que se mostre disposto a invadir, alarmar, dividir e desapropriar o lugar em que o atual se determina como futuro?

O deslocamento perpetrado por LaCapra de uma relação dicotômica e hierárquica entre texto e contexto para um entendimento inter-relacional e suplementar entre ambos. Dentre os historiadores, em geral, o contexto é tido como um quadro de referência histórica, amplo universo de circunstâncias culturais, dimensão de natureza privilegiada, diversa do “texto”, que será compreendido



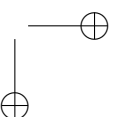
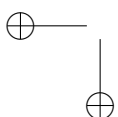


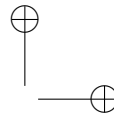
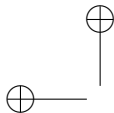
e explicado a partir do pressuposto de que compreensão e explicação se devem à restituição do “sentido original”. O texto documental é um instrumento que comprova a existência de um contexto, a que se atribui *status* e valor de “realidade”. É testemunha e representação do que teria existência plena antes dele e sem ele. Assim sendo, o interesse recai sobre o “contexto” e não sobre o *texto*. Ao re-problematizar a oposição entre texto e contexto, para LaCapra:

Indeed the problem becomes one of rethinking the concepts of inside and outside in relation to process of interaction between language and the world. One of the more challenging aspects of recent inquiries into textuality has been the investigation of why textual processes cannot be confined within the bindings of the book. The context or the real world it self textualized in a variety of ways, and even if one believes that the point of criticism is to change themselves raise textual problems. Social and individual life may fruitfully be seen on the analogy of the text and as involved in textual process that are often more complicated than historical imagination is willing allow (LACAPRA 1983, p 26).

Tomando a metáfora do texto como textura ou rede de relações humanas perpassadas por algum tipo de linguagem, Lacapra aponta o fato de que para o trabalho do historiador, a noção de contexto ou a “realidade” está implicada num processo textual. Ou seja, remeter ao texto não significa abstrair-se numa “realidade” que só existe cerrada num “livro”. A textualidade não se limita ao livro, ao discurso. Não se restringe à esfera semântica, representativa, simbólica, ideal ou ideológica. A *textualidade* implica todas as estruturas ditas “reais”, “econômicas”, “históricas”, “sócio-institucionais”, em suma, todos os referenciais possíveis. Na medida em que é impossível esgotar os próprios requisitos de um contexto, se é verdade que o sentido de um texto é limitado pelo contexto, é verdade também que o contexto é ilimitado. Entretanto, se não há um contexto absolutamente fora do texto, isso não quer dizer que todos os referenciais estão suspensos ou negados. Para LaCapra, as relações entre texto e contexto se dão num complexo processo de interação: texto e contexto são suplementares entre si, se adicionam, substituindo e suprimindo faltas e ausências mutuamente, fornecendo o excesso que é preciso ao processo de interpretação (LACAPRA 1983; COSTA LIMA 1989).

LaCapra, ao tratar das complexas relações que podem existir entre texto e contexto, formula seis tipos de contextos históricos possíveis. Sua preocupa-





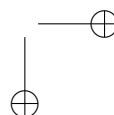
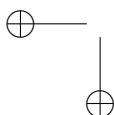
ção é menos esgotar os tipos de contexto do que demonstrar o quanto a naturalização da idéia de contexto pode empobrecer a historiografia, sobretudo a história intelectual. Ele lista os seguintes contextos: relação entre intenção do autor e o texto; relação entre a vida do autor e o texto; relação entre a sociedade e o texto, relação entre cultura e texto, relação entre o texto e o corpo da escrita, relação entre os modos de discurso e o texto (LACAPRA 1983).

Para viabilizar tais interações entre contexto e texto, e quais outras existirem para além das seis listadas por LaCapra, foi preciso repensar o valor e a função do documento para o trabalho do historiador. A abordagem documental é segundo ponto de trabalho da pesquisa. Muitas transformações ocorreram no uso e entendimento das fontes na historiografia. Uma das marcas mais relevantes corporifica-se em “Documento-monumento”, de Le Goff, no qual se anuncia não somente um conceito de documento, mas uma tarefa e função para a ciência histórica:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando-lhe seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente- determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. (LE GOFF 2003 P, 538)

Numa concepção apoiada nas reflexões foucaudianas a respeito das unidades e formações discursivas<sup>2</sup>, a tarefa da história diante o documento passa a ser, sobretudo, tratar de iluminar as condições de sua produção e mostrar em que medida este documento é instrumento de um poder (LE GOFF, 2003). Neste cenário, a pretensão de validade do trabalho historiador como ciência

<sup>2</sup> Foucault apresenta a renúncia aos temas de análise histórica que tem por função “garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida” para tratar de reconstituir um outro discurso, “re-estabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas e, às vezes, as desarruma. (...). Sua questão, infalivelmente, é: o que dizia, pois, no que estava dito?” (FOUCAULT, 1972; ver RAGO, 1995)



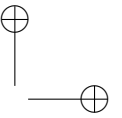
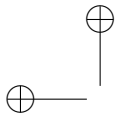
está assegurada na medida em que o historiador, por meio do exame crítico das fontes, consegue acionar formalizações científicas em seus objetos não-científicos. O pesquisador não pode ser pueril e deve, portanto, extrair a “verdade” da mentira que o documento carrega. O exame crítico das fontes, isto é, situar os documentos no tempo e no espaço, no recorte contextual, classificá-los e criticá-los a respeito da credibilidade e autenticidade, é o apoio da pretensão à cientificidade do historiador.

O questionamento que LaCapra propõe desloca essa problematização das fontes documentais. Para o autor, não se trata de extrair uma verdade escondida no documento ou por ele, mas de perceber que enquanto texto, o documento possui aspectos informativos e *worklikes*. A face informativa do documento envolve a dimensão factual, literal, da mensagem transmitida. Já o aspecto *worklike*, numa relação de complementariedade com o aspecto informativo, atua no processo de significação ultrapassando os limites do referencial empírico, abrindo espaço à interpretação e a imaginação. Segundo LaCapra,

The worklike is critical and transformative, for it deconstructs and reconstructs the given, in sense repeating it also bringing into the world something that did not exist before in that significant variation, alteration, or transformation. With deceptive simplicity, one might say that while the documentary marks a difference, the worklike makes a difference - one that engages the reader in recreative dialogue with the text and the problems it raises (LACAPRA 1983, p 30)

Dessa forma, os documentos não podem reunir-se numa unidade originária, num “contexto” que seja fonte de emanção ou de proveniência do sentido deles. O que “está” no documento, se mescla com o que poderia ter havido; o que nele há, se combina com o desejo do que estivesse; e que por isso passa a haver e a estar (COSTA LIMA 1989). É por isso que o alcance do contexto não pode ser dissociado da análise do texto, e em função dela, todo contexto é transformador-transformável, exportador e exportável. Recortar o contexto de uma pesquisa histórica é corrompê-lo, pois exige que se engendre um limite que por si só não estaria lá. Esse limite é a condição para que a transformação contextual permaneça aberta. Isso não supõe que os textos devam ser apartados de seus contextos, mas, pelo contrário, que só existem contextos e textos, sem nenhum centro absoluto de ancoragem.

Desta maneira, chega-se ao terceiro ponto a ser explorado: a abordagem de LaCapra acerca da retórica e seus modos de interagir com a historiografia .



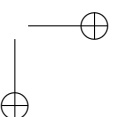
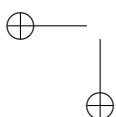
Isto porque, ao remover o documento de seu lugar de consignação e comprovação da cientificidade da história, para pensá-lo na relação suplementar informativo/*worklike*, emergem questões a respeito do lugar e valor que a força de persuasão, imaginação, de sedução e interpretação ocupa e desempenha no fazer historiográfico. Para LaCapra, embora a relação entre retórica e saber tenha retornado às reflexões teóricas de vários saberes,

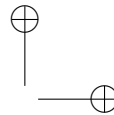
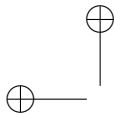
historians have shown relatively little interest in this problem, in good part because they continue to confide in a 'documentary' or 'objectivist' model of knowledge that is typically blind to its own rhetoric. Indeed this model has been effective in placating or neutralizing concerns that motivate the work of the new rhetoricians (LACAPRA 1985, P 17,18).

Ao considerar a textualidade na construção dos contextos históricos e ao propor uma abordagem que ultrapasse o aspecto puramente informativo da documentação para ter em conta a interpretação como constituinte ativa da historicidade, LaCapra acaba por relançar e reinserir a retórica no trabalho historiográfico, não de maneira a diluí-lo na literatura, ou transformar o saber-histórico numa esfera onde “vale-tudo”. Para o autor,

instead of licensing free variations on the past, variations whose only justification is their furtherance of a present policy, the rhetorical dimension of historiography may rather serve to test current views by requiring the historian to listen attentively to possibly disconcerting voices of the past and not simply project narcissistic or self-interested demands upon them (LACAPRA 1985, P 36, 37).

A fronteira entre história e ficção, pensando nas teses desenvolvidas por Dominick LaCapra, implicará dois movimentos: a) num sentido, trata-se de inquirir, a partir das propostas de LaCapra, de seu potencial de repercussão e polêmica, como a história, *lugar* de construção de sentido para a experiência humana, pode reorganizar e mobilizar suas noções fundamentais de historicidade e temporalidade de maneira a responder por seu papel no processo interpretativo humano; b) trata-se, ainda, de investigar as práticas metodológicas das abordagens de LaCapra, naquilo em que elas convergem e divergem das demais metodologias contemporâneas, para refletir tanto a respeito daquilo em que o uso de ferramentas e instrumentos “importados” dos campos mais



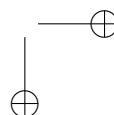
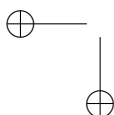


literários do saber pode acrescentar e enriquecer os estudos históricos, quanto o que está em jogo quando se critica ou adota tais procedimentos.

Esta relação dialógica pressupõe que um texto nunca se reduz a uma estrutura coerente, portadora de um sentido unívoco. O interessante é investigar a polissemia e o potencial de contrariedade dos textos e noções selecionados, buscando um resultado intertextual. No intertexto, os diferentes percursos a serem feitos pelo leitor se constituem na possibilidade do mesmo leitor ser, a um só tempo leitor/autor do texto, escolhendo o que pretende incorporar ao seu trajeto. A abordagem é a mais pertinente para atizar e entender o que está em jogo quando se discute as fronteiras do saber histórico. O intuito é dar lugar a polêmicas e impasses que estão longe de serem inúteis ou improdutivos. Como mostra Rago, pelo contrário, ao escapar “dos ataques muito rápidos, críticas improcedentes, exclusões aflitas ou tomadas de posição definitivas” o historiador pode sofisticar seu saber e “encontrar caminhos e sentidos mais úteis e criativos diante dos impasses tão graves colocados em nossa atualidade” (RAGO In\_ JENKIS 2005, p, 9-13)

## Referencias Bibliográficas

- LaCapra Dominick. *History in Transit: Experience, Identity, Critical Theory*. Ithaca: Cornell UP, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Writing History, Writing Trauma*. Baltimore: Johns Hopkins UP, 2000.
- \_\_\_\_\_. *History and Memory after Auschwitz*. Ithaca: Cornell UP, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Representing the Holocaust: History, Theory, Trauma*. Ithaca: Cornell UP, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Soundings in Critical Theory*. Ithaca: Cornell UP, 1989.
- \_\_\_\_\_. *History, Politics, and the Novel*. Ithaca: Cornell UP, 1987.
- \_\_\_\_\_. *History & criticism*. Ithaca: 1985.
- \_\_\_\_\_. *Rethinking Intellectual History: Texts, Contexts, Language*. Ithaca: Cornell UP, 1983.





- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- COSTA LIMA, Luiz. *A Aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- \_\_\_\_\_. *História. Ficção. Literatura*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. v. 1. 434 p.
- \_\_\_\_\_. *Limites da voz (Montaigne, Schlegel, Kafka)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- \_\_\_\_\_. *O controle do imaginário: razão e imaginário no Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CULLER, Jonathan D.; BURROWES, Patrícia. *Sobre a Desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- DE CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Lisboa: Vozes, 1972.
- HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. In: *Técnica e ciência como ideologia*. Edições 70, 1987.
- HARDT, M. & NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte. Ed.UFMG, 1999.
- HUNT, Lynn. (org) *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KRAMER, Lloyd S. *Literatura, crítica, e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick Lacapra*. In. HUNT, Lynn. (org) *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Pp. 131-173.

- LE GOFF, J. A *História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- \_\_\_\_\_. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- LE GOFF, J. & NORA, Pierre. *Historia: novos problemas*. Rio de Janeiro: 1976.
- RAGO, Margareth. *O efeito-Foucault na historiografia brasileira*. Tempo social: Revista de sociologia da USP, São Paulo. V. 7, n. 1-2, out. 1995, Pp. 73
- RANCIÈRE, Jacques.; *Políticas da escrita*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- REIS, José Carlos *Tempo, História e evasão*. Campinas: Papyrus 1994.
- \_\_\_\_\_. *História & teoria: historicismo, Modernidade, temporalidade, e verdade*. Rio de Janeiro:FGV, 2003.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- STONE, Lawrence. O renascimento da narrativa: reflexões sobre a velha nova história. Revista de história, n 2-3, IFCH, UNICAMP,1991.
- WHITE, Hayden. *Meta-historia: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.